

CIDADES

OLIBERAL

FILIADO À SOCIEDADE INTERAMERICANA DE IMPRENSA - SIP

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS

Presidente
Lucidéa Batista MaioranaPresidente Executivo
Romulo Maiorana Jr.Diretor Jurídico
Ronaldo Maiorana
(OAB-PA 8667)Diretora Administrativa
Rosângela Maiorana KzanDiretora Comercial
Rosemary MaioranaDiretor Industrial
João Pojucam de Moraes FilhoDiretor Corporativo de Jornalismo
Walmir Botelho D'OliveiraDiretor de Novos Negócios
Ribamar GomesDiretor de Marketing
Guarany JúniorDiretores
José Edson Salame
José Luiz Sá PereiraEditor-Chefe
Lázaro Moraes**O LIBERAL** é editado por
Delta Publicidade S/A
CNPJ. (MF) 04929683/0001-17.
Inscrição Estadual: Isenta.
Municipal: 032.632-5**Administração, Redação,
Centro Tecnológico Gráfico,
Publicidade**Av. Romulo Maiorana, 2473.
CEP: 66.093-005.
Telefone: 3216-1000.
Endereço Telegráfico: JornalLiberal.
Belém, Pará, Brasil.

As opiniões emitidas em textos assinados são livre manifestação do pensamento de seus autores e não representam a opinião do jornal.

**Sucursal Centro/
Centro-Oeste**Gerente Executiva:
Silvana Scórsin► **Brasília-DF**
SRTVN Q 701 CONJ. C.
Ed. Centro Empresarial Norte,
Bloco B, sala 432. Cep. 70.719.900.
Fone/fax (61)-3328-9394/3328-9396.
E-mail: sanab634@zaz.com.br**Sucursal Sudeste/
Sul/ Nordeste**Diretor:
Carlos Namur► **São Paulo-SP**
Edifício Iguatemi Office Building
Rua: Iguatemi, 192
Cj. 111 / 11º and. - Itaim. Cep. 01451-010
Fone/fax: (11) 3073.1450 / 1451 / 1453
e-mail: sucursalsaoapaulo@oliberal.com.br**Preço do exemplar****Zona I** - Abaetetuba, Ananindeua, Arapari, Barcarena, Belém, Benevides, Bragança, Capanema, Capitão Poço, Castanhal, Concórdia, Dom Eliseu, Igarapé-Miri, Irituia, Itinga, Mãe do Rio, Moju, Mosqueiro, Nova Timboteua, Ourém, Paragominas, Quatro Bocas, Salinas, Santa Izabel, Santa Luzia do Pará, Santa Maria, São Miguel do Guamá, Tailândia, Tomé-Açu, Ulianópolis e Vigia.► **Dias úteis R\$ 2,00**
► **Domingo R\$ 4,00****Zona II** - Almeirim, Altamira, Parauapebas, Conceição do Araguaia, Marabá, Monte Alegre, Monte Dourado, Portel, Porto de Moz, Redenção, Soure, Ourilândia do Norte, Tucumã, Tucuruí, Xingú, Juruti, Santarém, Itaituba, Oriximiná e Óbidos.► **Dias úteis R\$ 2,50**
► **Domingo R\$ 4,50****Zona III** - Brasília (DF), São Luís, Teresina, Recife, Tocantins, Fortaleza, Manaus e Boa Vista.► **Dias úteis R\$ 3,00**
► **Domingo R\$ 6,00****Zona IV** - Demais Estados► **Dias úteis R\$ 4,50**
► **Domingo R\$ 9,00****Zona V** - Macapá► **Dias úteis R\$ 3,00**
► **Domingo R\$ 6,00****Telefones de O LIBERAL****Reportagem:**
3216-1138**Assinaturas:**
3204-6000**Atendimento ao Assinante:**
3216-1011**Classificados:**
3277-9200**Comercial:**
3216-1163 e 3216-1176**niciasribeiro****Queremos respeito**

No artigo da semana passada, intitulado "A grande vítima", comentamos sobre a crise econômica do Brasil, graças aos erros do governo que destruíram a economia do País, arrastando-nos a uma dívida pública que, hoje, está em torno de dois trilhões e quinhentos bilhões de reais, simplesmente porque o governo gastou mais do que arrecadou. Gastou mal, não fez o devido superávit primário, para pagamento dos juros da dívida, e, também, graças aos elevados juros do Banco Central, que hoje estão em 13,75% e cujo aumento é utilizado como mecanismo de controle da inflação - neste ano, deve passar dos 10%, muito acima da meta estabelecida pelo próprio Banco Central, de 4,5% ao ano.

Essa crise, que o próprio governo federal criou, levou a presidente Dilma a trocar o seu ministro da Fazenda para fazer os necessários ajustes na economia. O novo ministro, Joaquim Levy, de imediato, levou os derivados do petróleo para o seu preço real, uma vez que a sua defasagem havia causado um prejuízo de 60 bilhões de reais à Petrobras. Em seguida, cortou todos os subsídios tributários que haviam sido concedidos à indústria nacional, notadamente a automobilística, o que levou o setor a diminuir as suas vendas, e, por conseguinte, a dispensar um grande número de empregados, aumentando mais ainda o desemprego no País, cujos índices são alarmantes.

Em meio a tudo isso, o governo diz que, para que o "ajuste fiscal" de fato aconteça, é preciso "cortar na carne".

E, num período em que o desemprego está em alta, corta o Seguro-Desemprego, corta a pensão das viúvas do INSS, o Seguro Defeso dos pescadores, e, por fim, corta os investimentos públicos. Estranhamente, contudo, a presidente Dilma mantém intocáveis os seus 39 ministérios e os 22 mil cargos federais de livre nomeação, admitidos sem concurso público.

Como então se "corta na carne", mantendo a mesma estrutura de governo?!... E aí faltam recursos para programas como "Minha Casa - Minha Vida" e o Fies, este criado pelo presidente FHC e que foi expandido no governo Lula e, sem dúvidas, é importante no financiamento do ensino superior dos mais pobres.

Por outro lado, o corte dos investimentos previstos no Orçamento Geral da União vai na contra mão da história, principalmente se levarmos como exemplo o Programa New Deal, do presidente Franklin Delano Roosevelt, dos EUA, que recuperou e reformou a economia daquele País no início dos anos 30, após a grande depressão econômica de 1929. E se há cortes nos investimentos orçamentários, é evidente que o Pará deve ser a grande vítima e continuará tendo a maior malha rodoviária de chão do Brasil, pois deverão ser cortados os recursos para a pavimentação das rodovias BR-163 (Cuiabá-Santarém), Transamazônica (BR-230), BR-153, BR-155 e BR-158. Isto sem falar na postergação da duplicação da BR-316, de Castanhal ao trevo de Santa Maria do Pará; bem como a construção da ponte estaiada sobre o

rio Xingu, no eixo da Transamazônica, às proximidades de Belo Monte.

Agora, para fugir do pessimismo que tomou conta da Nação, a presidente Dilma decidiu construir uma "Agenda Positiva" e lançou um pacote de investimentos de 198 bilhões de reais em portos, aeroportos, rodovias e ferrovias, que serão entregues à iniciativa privada, por meio de concessões e cujas obras serão financiadas com recursos do BNDES.

Isso não é um replay?!... Lembra-se do segundo governo Lula, quando foi lançado o Programa de Aceleração do Crescimento?!... E do qual constavam a pavimentação das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, além de Belo Monte, que, aliás, era a sua maior obra?!... Lembra-se?!... Passados alguns anos, a única obra que está sendo concluída, de fato, é Belo Monte, por ser da iniciativa privada. As outras são apenas sonhos! E por falar nisso, cadê o projeto de transposição das águas do rio São Francisco e que irrigaria o Nordeste? Está pronto? E o "trem bala", para fazer o trecho Rio-São Paulo? Já foi concluído? E a ferrovia "Transnordestina", está em operação?!...

Chega. O Brasil está farto de programas mirabolantes e inexecutáveis. Basta de projetos que só serão implementados nos próximos anos e alguns no próximo governo. Queremos respeito.

Nicias Ribeiro é engenheiro eletrônico e político.

E-mail: nicias@uol.com.br

**wandaengel****Enfim, o recomeço**

Após 73 dias de paralisação, recomeçamos nosso ano letivo de 2015. Sem nenhuma intenção de julgar os rumos deste movimento, poderia afirmar que os grandes perdedores deste sofrido processo foram nossos alunos.

Na verdade, todos somos capazes de avaliar os danos causados por greves em setores como saúde ou segurança, mas, por serem mais sutis, é mais difícil dimensionar suas consequências na área da educação. Neste caso, não está diretamente em jogo a vida das pessoas, mas o seu futuro.

Isto porque a interrupção duradoura de um processo de aprendizagem, tanto no que se refere ao desenvolvimento de habilidades, quanto à construção de conhecimentos, pode sofrer regressões difíceis de serem revertidas. Por outro lado, observações empíricas vêm mostrando que a evasão escolar cresce em função de greves prolongadas, fazendo com que muitos jovens não completem sua educação básica, sendo com isto condenados ao subemprego, ao desemprego ou ao envolvimento com atividades marginais.

Não é sem razão que a legislação exige um mínimo de 200 dias letivos, pois num período inferior seria impossível desenvolver as habilidades e competências previstas para cada ano escolar.

É verdade que sempre existe a proposta da reposição das aulas, mas o volume de dias letivos a serem repostos - 45, no total - representa a necessidade de estender este processo até o próximo ano, numa verdadeira "bola de neve" de consequências negativas ao processo de aprendizagem.

Além disso, como diria Cazuza, "o tempo não para". Novembro já está batendo à nossa porta, trazendo consigo a realização inadiável das provas que compõem o Sistema Nacional de Avaliação: o Enem, a Prova Brasil e o Saeb.

O Enem representa uma oportunidade única para o acesso de nossos

jovens à universidade pública. Neste momento eles estarão concorrendo, em situação adversa, com jovens de todo o Brasil.

Quanto à Prova Brasil, aplicada este ano no quinto e no nono ano do Ensino Fundamental, e ao Saeb, destinado ao terceiro ano do Ensino Médio, corremos o risco de que, no Pará, a despeito de todo o esforço que vem sendo desenvolvido no bojo do Pacto pela Educação, estejamos a caminho de amargar baixos níveis de proficiência e altas taxas de evasão que, transformados no Ideb, venham a colocar o Estado, mais uma vez, no final da lista.

Teremos então alcançado mais um efeito indesejável: a morte da esperança daqueles que ainda acreditam na possibilidade deste Estado transformar radicalmente sua situação educacional.

Felizmente, para a grande maioria das situações problemáticas há sempre uma possibilidade de enfrentamento.

Neste momento, a possibilidade pode estar em fortalecermos o próprio espírito de Pacto, ou seja, a mobilização de todos os setores em torno dos objetivos comuns de melhorar o desempenho dos alunos e evitar o processo de evasão.

Neste sentido, governos estaduais e municipais necessitam fazer da educação a centralidade de suas administrações, integrando as ações de áreas como assistência, saúde, cultura e esporte, aos esforços do setor educacional.

Dirigentes educacionais de diferentes níveis precisam integrar projetos e ações, tomando por base o território dos municípios, cujas redes - municipal e estadual - devem ser tratadas como uma unidade de oferta educacional às crianças e jovens de cada municipalidade.

Nas escolas, diretores, coordenadores, professores, alunos, familiares e parceiros necessitam unir esforços em torno de ações focalizadas no desenvolvimento de conhecimentos e

habilidades consideradas essenciais, no aumento das taxas de aprovação e na diminuição do abandono.

O setor privado precisa aumentar, qualificar e articular sua contribuição, em função das necessidades de cada escola ou município, definidas nos planos educacionais específicos.

As universidades precisam direcionar suas ações de estágio curricular, seus projetos de extensão e suas propostas do Programa de Iniciação à Docência ao desafio de aumentar o desempenho dos alunos.

Órgãos do sistema de direitos, como os Conselhos Tutelares, devem contribuir para o cumprimento da obrigatoriedade escolar até os 17 anos, acionando as famílias das crianças e dos jovens que já tenham abandonado ou que estejam se afastando dos bancos escolares, no sentido da garantia de seu retorno e permanência.

Profissionais da mídia, artistas, lideranças religiosas, enfim, todas as forças vivas da sociedade paraense precisam unir suas vozes numa campanha que tenha como tema "Estudar Vale a Pena", ressaltando as vantagens de se concluir a educação básica e as consequências da desistência para o futuro do jovem e da própria sociedade.

Enfim, neste momento de recomeço, após um longo e sofrido período de dissensos, temos de buscar o consenso necessário, a união de esforços e as melhores estratégias, tendo sempre como norte a meta comum pactuada de melhoria dos resultados da educação paraense.

Nossas crianças e jovens merecem!

Wanda Engel é doutora PHD em Educação pela PUC Rio e diretora do Instituto Synergos no Brasil, organização que coordena o Grupo de Parceiros Estratégicos do Pacto pela Educação do Pará.
E-mail: synergosbrasil@gmail.com**Integração
Lavoura-
Pecuária-
Floresta no Pará****ROSANA MANESCHY**

Tradicionalmente na Amazônia sistemas agroflorestais e/ou integrados são praticados por indígenas, ribeirinhos dentre outras comunidades rurais.

Na década de 1990 o governo federal incentivou a adoção de sistemas integrados via Fundo Constitucional Norte. O pacote proposto envolvia a associação de fruteiras. Com raras exceções, o programa não foi bem-sucedido, geralmente por problemas agrotécnicos e socioeconômicos. Nesse período as experiências com integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF) no Pará baseavam-se no uso de árvores/palmeiras de regeneração natural e associação de plantios arbóreos com pastagens.

Até 2008 no nordeste e sudeste do Estado predominavam sistemas temporários do tipo "pastoreio em plantio florestal". A implantação de plantios florestais (paricá ou teca) ocorria em áreas degradadas de quicuí-da-amazônia pastejadas por bovinos.

A integração dos animais com o plantio florestal tinha como objetivo diminuir os custos com limpezas. Apesar da satisfação dos produtores com os sistemas foram apontadas incertezas para a adoção: falta de assistência técnica, dificuldades na aquisição de sementes/mudas e desconhecimento de linhas de crédito específicas.

De 2008 a 2012 nove mil hectares de pastagens degradadas foram convertidos em ILPF no sudeste do Pará. Só no município de Paragominas a Embrapa estimou a conversão de 1% ao ano das áreas de pastagens em ILPF. E a Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas ressaltou que o uso de ILPF estaria potencializando a expansão de plantios de eucalipto no Pará.

A opção por sistemas mais simplificados de ILPF tem redesenhado a paisagem rural, uma vez que tem sido utilizado na recuperação de pastagens degradadas. Os produtores têm optado por culturas de ciclo curto (milho, soja ou arroz) para diminuir os custos de implantação da pastagem. Nos sistemas que integram árvores, o eucalipto tem a preferência, uma vez que a espécie possui um pacote tecnológico desenvolvido além da existência da oferta de mudas e mercado para venda, diminuindo o risco para o produtor.

Pesquisas indicam que esses sistemas permitem retorno econômico, mas são necessários estudos que analisem a sustentabilidade na dimensão ambiental, uma vez que apesar de inserirem práticas de rotação de culturas e integração do componente arbóreo, são sistemas fortemente dependentes do uso de agroquímicos.

Em 2013 foi promulgada a Lei n. 12.805, que instituiu a Política Nacional de ILPF. Nesse cenário de mudanças de uso da terra, legislação e linhas de crédito específicas para agricultura familiar via Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que apoiam a implantação de sistemas de ILPF, tais como Pronaf Floresta e Agroecologia, faz-se necessário a transferência de tecnologias já existentes para essa categoria produtiva.

A Embrapa já recomenda a utilização de preparo de área sem uso de fogo e intensificação de sistemas através do corte-e-trituração da capoeira e plantio de leguminosas arbóreas de rápido crescimento para reduzir o pouso e adubação verde.

Pesquisadores da Universidade Federal do Pará (UFPA) têm investigado o uso de árvores para moirão vivo e alimentação animal no Sudeste do Pará. O uso da giricídia em cercas vivas pode reduzir os custos em até 16% por hectare comparado às cercas tradicionais. A espécie também apresentou boa capacidade de rebrota e 26% de proteína bruta sem o uso de fertilizantes.

Atualmente, dentre os projetos desenvolvidos pela UFPA, ganha destaque a pesquisa "Avaliação de espécies arbóreas forrageiras", que faz parte do "Projeto Biomas", fruto de uma parceria entre a Embrapa e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Espera-se indicar espécies de árvores como opções sustentáveis para o desenvolvimento de sistemas ILPF mais adequados ao bioma Amazônia e com menor dependência de insumos externos à propriedade rural.

Rosana Maneschy é Doutora em Ciências Agrárias e professora do Núcleo de Meio Ambiente da UFPA.
E-mail: romaneschy@ufpa.br